

EM PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

EM PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
EM Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da EM Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EM Participações S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2026.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	854	735
Aplicações financeiras	6	28	66
Tributos a compensar	7	814	10
Dividendos a receber	8	12	12
		-	647
Não circulante			
Realizável a longo prazo		325.119	390.171
Depósitos judiciais		6	6
		6	6
Investimentos			
Participações em controladas em conjunto	8	325.113	390.651
		325.113	390.165
Total do ativo		325.973	390.906
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Tributos a pagar		722	4
Contas a pagar		1	-
Dividendos a pagar		61	4
		660	-
Patrimônio líquido			
Capital social	9	352.251	390.902
Adiantamento para futuro aumento de capital		179.504	100.440
Reserva de capital - reflexa		27	27
Reserva de lucros		17.136	17.135
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas		17.862	106.349
Transações de capital de controladas		110.898	167.127
		(176)	(176)
Total do passivo e patrimônio líquido		325.973	390.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EM PARTICIPAÇÕES S.A
 Demonstrações do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais, exceto a quantidade de ações)

	Notas	2025	2024
Resultado operacional		19.540	7.020
Resultado de equivalência patrimonial	8	19.540	7.020
Outras receitas (despesas) operacionais		(76)	(30)
Despesas gerais e administrativas	10	(75)	(30)
Despesas tributárias		(1)	-
Resultado financeiro, líquido	11	4	5
Receitas financeiras		4	5
Lucro líquido do exercício		19.468	6.995
Quantidade de ações do capital social		9.152.399	9.152.399
Lucro líquido por ação do capital social em reais - R\$		2,13	0,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	<u>19.468</u>	<u>6.995</u>
Outros resultados abrangentes	<u>(56.228)</u>	<u>52.129</u>
Ajuste patrimonial de títulos disponível para venda reflexo de controladas	(56.229)	52.111
Reserva de Capital - Reflexa	1	5
Ágio e deságio em transação de capital de controladas	-	13
Resultado abrangente do exercício	<u>(36.760)</u>	<u>59.124</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital reflexa	Reservas de Lucros			Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	Agio e deságio em transações de Capital	Lucros acumulados	Total
				legal	lucros a realizar	estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	95.644	27	17.130	629	4.131	104.606	115.016	(189)	-	336.994
Aumento de capital (nota 9 a)	4.796	-	-	(629)	-	(4.167)	-	-	-	-
Reserva de capital reflexa em controladas	-	-	5	-	-	-	-	-	-	5
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.995	6.995
Ajuste reflexo de avaliação patrimonial de controladas	-	-	-	-	-	-	52.111	-	-	52.111
Agio e deságio em transações de capital própria	-	-	-	-	-	-	-	13	-	13
Dividendos pagos (nota 9 e)	-	-	-	-	(4.131)	(1.085)	-	-	-	(5.216)
Destinação do resultado:										
Reserva legal	-	-	-	350	-	-	-	-	(350)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	1.661	-	-	-	(1.661)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	4.984	-	-	(4.984)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	100.440	27	17.135	350	1.661	104.338	167.127	(176)	-	390.902
Aumento de capital (nota 9 a)	79.064	-	-	(350)	-	(78.714)	-	-	-	-
Reserva de capital reflexa em Controladas	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	19.468	19.468
Ajuste reflexo de avaliação patrimonial de controladas	-	-	-	-	-	-	(56.229)	-	-	(56.229)
Dividendos pagos/ a pagar (nota 9 e)	-	-	-	-	(1.661)	(12.045)	-	-	(15.185)	(28.891)
Destinação do resultado:										
Reserva legal	-	-	-	973	-	-	-	-	(973)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	3.310	-	-	(3.310)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	179.504	27	17.136	973	-	16.889	110.898	(176)	-	325.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
 Demonstrações dos fluxos de caixa
 Exercícios em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	19.468	6.995
Ajustes para reconciliação do lucro líquido do exercício		
Resultado de equivalência patrimonial	(19.530)	(7.020)
Juros e variações monetárias	(1)	(1)
Resultado ajustado	(73)	(26)
Aplicações financeiras	(804)	61
Tributos a compensar	1	6
Contas a pagar	57	4
Impostos e contribuições sociais a pagar	1	-
Caixa líquido (consumido) gerado proveniente das atividades operacionais	(818)	45
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Dividendos recebidos	29.011	5.267
Compra de ações de controladas	-	(35)
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de investimentos	29.011	5.232
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Pagamento de dividendos	(28.232)	(5.216)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de financiamentos	(28.832)	(5.216)
(Redução) Aumento líquida(o) de Caixa e equivalentes de caixa	(39)	61
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	66	5
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	28	66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto operacional

A EM Participações S.A. (“Companhia” ou “EM”), constituída em 16 de maio de 2005, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social a participação, sob qualquer forma, no capital de empresas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As presentes demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria Executiva em 10 de abril de 2026.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 - Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia, são apresentadas em Reais (“moeda funcional”).

3- Políticas contábeis materiais

Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1 - Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 - Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros

Ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, ela é reconhecida no resultado do exercício.

3.3 - Investimentos

Os investimentos em empresas controladas em conjunto estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2).

Com base no método de equivalência patrimonial, o investimento nas controladas em conjunto é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária. A participação societária nas controladas em conjunto são apresentadas na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

As demonstrações contábeis das controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Os demais investimentos permanentes, quando existentes, são registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização.

3.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas com imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes. Estão reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5 - Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

3.6 - Distribuição de dividendos

A distribuição de resultados para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, quando assim deliberado pelos acionistas.

O estatuto social estabelece que os lucros apurados anualmente, através de deliberação dos acionistas, poderão ser: (i) distribuídos integralmente, (ii) retidos em contas de reservas de lucros específica ou (iii) capitalizados, sendo certo que aos acionistas será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira.

3.7 - Adoção de pronunciamentos e interpretações do CPC e IFRS (novos e revisados) aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Entidade adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais:

- A Entidade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- A Entidade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

- b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima.

Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil.

A Entidade não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8 - Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber:

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública

Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

A Diretoria da Companhia entende que as normas alteradas e interpretações descritas acima não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9 - Impactos da Reforma Tributária

a) Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

b) Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (Bets).

A Entidade avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas.

4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 - Estimativas e premissas contábeis críticas

A EM Participações S.A utiliza certas premissas para fazer suas estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, está contemplada abaixo.

(a) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

5 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bancos no País	<u>28</u>	<u>66</u>
	<u>28</u>	<u>66</u>

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 - Aplicações financeiras

	2025	2024
Certificado de depósito bancário	814	10
	814	10

Certificado de depósito bancário pós fixados atrelado ao CDI, com vencimento em 24/08/2026.

7 - Tributos a compensar

	2025	2024
IRPJ a compensar	2	3
CSLL a compensar	10	9
	12	12

8 - Investimentos - participação em coligadas

	Participações Industriais do	PIN Petroquímica	Bahia			
	Nordeste S/A	Participações S/A	Aleutas S/A	Holding S/A	2025	2024
Informações relevantes em 31 de dezembro de 2025						
Quantidade de ações possuídas	15.736	8.455	8.381	11.832		
Participação - %	9,9982%	10,0404%	13,3032%	10,5606%		
Participação com base nas ações em circulação - %	10,1333%	11,1757%	14,9757%	12,0065%		
Capital social	628.204	187.127	136.644	166.585		
Patrimônio líquido ajustado	1.996.586	592.072	153.433	280.238		
Lucro do exercício	143.483	28.805	1.861	20.065		
Evolução dos investimentos						
No início do exercício	264.568	68.503	23.115	33.979	390.165	333.380
Resultado de equivalência patrimonial	14.540	3.219	279	2.409	20.447	3.769
Resultado de equivalência patrimonial de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	3.316
Diferencial de participação por compras de ações em tesouraria	(1)	(379)	(427)	(100)	(907)	(65)
Compra de ações	-	-	-	-	-	35
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	(647)
Dividendos recebidos	(25.699)	-	-	(2.665)	(28.364)	(1.752)
Reserva de capital reflexa	1	-	-	-	1	5
Ágio e deságio em transações de capital	-	-	-	-	-	13
Ajustes de avaliação patrimonial	(51.089)	(5.175)	11	24	(56.229)	52.111
No fim do exercício	202.320	66.168	22.978	33.647	325.113	390.165

9 - Patrimônio líquido

(a) Capital social

É representado, por R\$ 179.504 dividido em 9.152.393 ações ordinárias e 6 ações preferenciais, de valor igual, totalmente integralizadas e pertencentes a domiciliados no País.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de junho de 2025, foi aprovado o aumento de capital da Companhia sem emissão de novas ações, com a integralização do excesso de reserva de lucros no montante de R\$ 2.124. Em 26 de dezembro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 76.940, sem emissão de ações através da com integralização da reserva estatutária.

(b) Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, até atingir os limites fixados na legislação societária.

(c) Reserva de lucros a realizar

Constituída para evidenciar a parcela de lucros, provenientes do resultado de equivalência patrimonial da controlada em conjunto, ainda não realizada financeiramente

(d) Reserva estatutária

Constituída com a totalidade do lucro remanescente após o pagamento de dividendos e das demais destinações, não podendo ultrapassar o capital social, e é destinada a assegurar investimentos em bens do ativo permanente e reforçar o capital de giro da Companhia.

(e) Remuneração dos acionistas

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

Em 2025 a Companhia aprovou o pagamento de dividendos no montante de R\$ 28.891 (2024 - R\$ 5.216), dos quais R\$ 28.231 foram pagos no exercício de 2025 e R\$ 660 será pago no exercício de 2026.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dividendos e apropriações dos lucros

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	19.468	6.995
Constituição de reserva legal, limitada a 20% do capital social (5%)	<u>973</u>	<u>350</u>
Lucro líquido após destinação da reserva legal	18.494	6.645
Dividendo mínimo obrigatório de 25 % sobre resultado não realizado, destinados para reserva de lucros a realizar	-	1.661
Dividendos antecipados sobre resultado do exercício corrente imputados aos dividendos mínimos	(15.185)	-

10 - Despesas gerais e administrativas por natureza

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços Prestados	(60)	-
Serviços de auditoria	(4)	(15)
Despesa com taxas	(8)	(9)
Despesas com publicação	-	(5)
Despesas cartorárias	(3)	(1)
	<u>(75)</u>	<u>(30)</u>

11 - Resultado financeiro, líquido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita financeira		
Rentabilidade sobre aplicação financeira	3	4
Variação monetária sobre impostos federais	<u>1</u>	<u>1</u>
Total de receitas financeiras	<u>4</u>	<u>5</u>
Total do resultado financeiro, líquido	<u>4</u>	<u>5</u>

12 - Provisão para contingências

Atualmente, a Companhia não tem conhecimento de ser parte (polo passivo) em ações judiciais, tributárias, trabalhistas e outros processos administrativos, portanto, não constituiu provisão para perdas prováveis estimadas e nem divulgou perdas possíveis.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 - Gestão de riscos e instrumentos financeiros

13.1 Gerenciamento de riscos

A EM Participações S.A está exposta aos riscos decorrentes de suas operações e considera como mais relevantes os riscos de mercado, de crédito, e de liquidez. O objetivo do gerenciamento de riscos é proteger a Companhia em relação à variação de preço de moeda, câmbio e juros. Esses riscos podem ser gerenciados através da utilização de instrumentos financeiros para proteção disponíveis no mercado financeiro, tais como: swaps e contratos futuros de taxas de juros; termos, contratos futuros e opções de moeda; e termos, swap, contratos futuros e opções de mercadorias. As operações executadas no mercado de balcão são contratadas por meio de bancos nacionais e internacionais classificados como de baixo risco.

13.2 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

As atividades da EM Participações S.A a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco da Companhia leva em consideração a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, podendo se utilizar de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, quando julgar necessário.

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a EM Participações S.A não possui ativos ou passivos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda, não reconhecida, decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada levando em consideração as obrigações financeiras de curto prazo da EM. Essa previsão leva em consideração os fluxos de pagamento de dívidas, e se aplicável, o cumprimento de cláusulas restritivas e, se aplicável e exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa é investido em aplicações com alta liquidez, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data das demonstrações contábeis, a Companhia mantinha suas aplicações em fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata.

13.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

13.4 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 48/IFRS 9 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços): nível 2.
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis): nível 3.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo apresenta os ativos mensurados pelo valor justo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	Nível 2	Nível 2
Caixa e equivalente de caixa	28	66
Aplicação Financeira	814	10
	<u>842</u>	<u>76</u>

14 - Eventos Subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

Diretores:

Eduardo Mariani Bittencourt - Diretor Presidente

Cristiana Dreux Mariani - Diretora

Estela Dreux Mariani - Diretora

Marcos Dreux Mariani - Diretor

Maria Leticia Dreux Mariani - Diretora

Contadora

Analú Ferreira de Almeida

CRC-RJ 109.694/O-5